um auxílio de caráter transitório e excepcional, mas vem sendo continuamente renovado, o que altera o caráter de temporalidade e excepcionalidade do incentivo.

- Finalmente, a UE utilizou o comércio como meio para combater o narcotráfico, gerando distorções indesejáveis no fluxo de comércio do Brasil, quando poderia obter melhores resultados com medidas diretamente ligadas ao tráfico de drogas.

As tratativas que os advogados contratados pela Abics estão conduzindo junto à UE sinalizam positivamente para uma reclamação formal do Brasil, onde não se questionará o Sistema Geral de Preferências, mas sim a discriminação contra o café solúvel brasileiro no contexto do regime europeu de preferências.

Para a solução desse problema, a Abics tem contado com a persistente atuação do chanceler Luiz Felipe Palmeira Lampreia e do Itamaraty como um todo, bem assim com o inestimável empenho do ministro Francisco Dornelles.

Embora sofrendo discriminações tarifárias e enfrentando poderosas empresas na competição do comércio internacional, tenho fundamentada convicção de que o café solúvel brasileiro terá desempenho ascensional na geração de divisas cambiais para o país, ao mesmo tempo que ensejará maiores aquisições de café verde, contribuindo substancialmente para a comercialização de nossas safras cafeeiras.

Presidente da Abics e conselheiro do CDPC.

CAFÉ
1 ANO DE CDPC

Sob o signo da improvisação

Ainda falta muito para a efetiva reconquista de uma política setorial.

OSWALDO ARANHA NETO

Nestes últimos meses, vários avanços foram realizados pelo Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, mas há ainda muito a ser feito para a efetiva reconquista do que se convenciona ser uma política setorial, com metas, objetivos e meios programáticos definidos de médio e longo prazos.

Um dos temas que os responsáveis pela política cafeeira brasileira precisam definir diz respeito aos estoques estratégicos do Brasil. As catástrofes climáticas ocorridas nas regiões produtoras do Brasil em 1994 reforçam a necessidade de o país deter esses estoques. A produção brasileira de café está distribuída com ampla concentração em áreas sujeitas a graves perturbações. Da mesma forma, temos conhecimento técnico de que a produção brasileira de café é de ciclo bianual, da ordem de 20 a 30%.

Nos últimos quatro anos, desde as referidas ocorrências climáticas, cerca de cinco milhões de sacas dos estoques estratégicos existentes foram utilizados para abastecer de matéria-prima a indústria torrefadora e, em menor escala, o setor exportador de café verde. Em contrapartida, o volume de exportações de café do Brasil no período só foi possível pela correspondente diminuição da demanda da indústria nacional por cafés de safra corrente.

Em contrapartida, a receita com a venda dos estoques estratégicos trouxe recursos líquidos ao Funcafé da ordem de U$700 milhões, sendo que cerca de U$250 milhões foram utilizados para a compra, pelo Fundo, de parcela dos estoques titulados ao Tesouro Nacional, ao mesmo tempo em que permitiu ao país obter divisas externas pela exportação de volume correspondente ao café leiloado.

Há certa controvérsia no setor cafeeiro quanto ao tamanho do estoque estratégico ideal, assim como quanto a sua função e formação qualitativa. São aspectos importantes, mas outros de igual relevância esperam uma definição clara.

Os formuladores de políticas devem partir de premissas básicas, dentre as quais a esperança quanto à demanda e oferta global. Evidentemente, desequilíbrios indicando oferta superior à demanda, mesmo de natureza sazonal, exigem estratégias claras e ações previamente desenhadas. A improvisação ou ações tomadas de forma defensiva, depois de instalado o desequilíbrio, geralmente são de baixa eficiência e custo elevado, particularmente para os segmentos com custos definidos extraconjuntura e para a receita cambial do país. No caso do café, a história prova que o mercado tende a exacerbar tendências comportamentais, isto é, quando há pressão de oferta adia-se a compra, sendo o inverso também verdadeiro.

O grau de acerto e a eficiência na utilização dos estoques estratégicos são confirmados nas conjunturas onde os desequilíbrios de oferta criam escassez. Nestas conjunturas, entre outros aspectos, a minimização de problemas de suprimento, a regularização do abastecimento aos consumidores interno e externo, é o ponto crucial.

A persistência de ciclos no nível de participação do café brasileiro na demanda internacional e estrangulamentos na capacidade da indústria interna de manter o padrão de qualidade do produto em oferta ao consumidor nacional são os parâmetros que definem se os estoques estratégicos estão ou não sendo adequadamente administrados.

A dinâmica excepcional e o potencial de crescimento das demandas interna e externa de café exigem do Brasil a condição de fornecedor estável.

O Brasil precisa definir estratégias à altura da sua condição de segundo maior consumidor de café do mundo e supridor líder do produto ao mercado mundial.

Não temos – assim como a maioria dos outros países produtores de café, mas certamente em menor escala – a condição de safras regulares, em volumes ou qualidade de produção. Em contrapartida, a condição ímpar de expressivo consumidor e supridor líder mundial supõe mecanismos eficientes e adequados.

A dinâmica excepcional e o potencial de crescimento das demandas interna e externa de café exigem do Brasil a condição de fornecedor estável. Mas a escala em questão vista da perspectiva dos ciclos de produção bianual, abstraindo catástrofes climáticas, nos impõe a condição de estoques estratégicos.

Conselheiro do CDPC.

CAFÉ
1 ANO DE CDPC

JORGE ESTEVE JORGE

A perspectiva da Abecafé

A despeito de sua atuação positiva, o CDPC deveria espelhar de modo mais efetivo os principais participantes da cadeia do café.

Decorrido um ano da criação do Conselho Deliberativo da Política do Café, pelo Decreto 2.047 de 29 de outubro de 1996, é oportuno avaliar o seu funcionamento e suas perspectivas futuras. Desde o primeiro momento, a Associação Brasileira dos Exportadores de Café – Abecafé – apoiou a criação do CDPC, que vinha preencher uma importante lacuna e ser um elo de ligação entre o governo e o setor privado, específico para o agronegócio café.

No seu primeiro ano de funcionamento, o destaque da atuação do CDPC foi o prolongamento da dívida dos cafeicultores. O tamanho e o vencimento concentrado da dívida haviam se transformado em um gargalo que impedia uma resposta eficiente do setor produtor ao crescimento da demanda. O prolongamento da dívida por sete anos proporciona um novo horizonte de trabalho à lavoura. O saneamento financeiro da lavoura é



fundamental para que a produção atinja as metas previstas até 2005.

Também se deve ressaltar a assinatura de convênios com a Embrapa para a realização de estimativas de safra e pesquisa. Após anos de negligência, estes convênios marcam o retorno da legítima ação do Estado para áreas essenciais como assistência técnica, informação e difusão de tecnologia.

Apesar destes avanços, ainda falta muito a ser feito. Em particular, progrediu-se pouco naquilo que é o maior desafio do CDPC: a transformação do Funcafé em um fundo rotativo capaz de financiar as atividades mais importantes do setor a longo prazo. Se o Fundo não for capitalizado e rotativo, como vem acontecendo, o sistema se financia pela redução do patrimônio (vendas dos estoques) e tende a se exaurir a longo prazo.

O Funcafé é patrimônio de todos os componentes do agronegócio café e foi construído com a contribuição de todos, inclusive os associados da própria Abecafé. Sua preservação deve ser encarada como a prioridade máxima do setor. Sem o controle do orçamento do Fundo, grande parte do sentido da própria existência do CDPC se perderia. O Conselho ficaria então reduzido a um fórum de debates sem recursos financeiros próprios para implementar quaisquer decisões.

Justamente por considerar o Funcafé patrimônio de toda a cafeicultura, a Abecafé sempre defendeu que a composição do CDPC deveria espelhar a ampla gama de todos os principais participantes da cadeia do café. No entanto, a formação final do Conselho deixou de fora a Abecafé, a maior entidade representativa do setor exportador, assim como outras importantes representações, por exemplo, a do segundo maior estado produtor, o Espírito Santo. Esta exclusão serve apenas para prejudicar a dinâmica de tomada de decisões do CDPC. Na medida em que não participam do Conselho e